

PRODUÇÃO: EQUIPE BIBLIOTECA

Julho 2007 n°. 07

OAB exonera advogado que pediu relatório sobre Alemão

Exonerado ontem da presidência da Comissão de Direitos Humanos da seção fluminense da OAB, o advogado João Tancredo disse acreditar "explicitamente em pressão do governo do Estado" sobre a direção da entidade. Relatório feito por médico-legista a pedido da comissão apontou que, em operação no complexo do Alemão em 27 de junho, policiais mataram a sangue-frio pessoas sem chances de defesa. Ele disse ter informação de que o secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, reuniu-se na semana passada com membros da direção da OAB-RJ. Via assessoria, Beltrame negou o encontro e disse que a ordem é independente. O presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, disse que "as afirmações [de Tancredo] são levianas e mentirosas". Em nota, o governo do Estado disse não interferir "em hipótese alguma na gestão interna de quaisquer outros poderes ou entidades da sociedade civil". A Folha revelou no dia 12 as conclusões de relatório do legista Odoroilton Laroocca Quinta com base em dados do IML. Segundo o documento, várias pessoas receberam "elevado úmero" de tiros pelas costas.

*Fonte: Folha de São Paulo
19/07/2007*

O Ministério Público Federal pediu ontem à Justiça a interdição total do Aeroporto de Congonhas

Até que se concluem as investigações da maior tragédia da aviação brasileira, que deixou mais de 190 mortos. Oficialmente, havia 186 pessoas a bordo do Airbus A-320 da TAM, que ficou desgovernado durante o pouso em Congonhas anteontem e explodiu depois de se chocar com um depósito de cargas da companhia.

As investigações sobre o acidente estavam concentradas no pouso do Airbus. Os primeiros dados do Centro de Investigações e Prevenções de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), com base em vídeos da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), mostram que o avião não freou. Estava em velocidade acima do normal a 400 metros do fim da pista e não chegou a levantar vôo de novo. Tanto que o trem de pouso destruiu uma defesa na extremidade da pista, antes de atravessar a Avenida Washington Luís e se chocar com o prédio do depósito.

A expectativa é de que a caixa-preta, enviada aos Estados Unidos, indique se houve falha em equipamentos ou erro humano. Outra possibilidade é de que problemas decorrentes da pista molhada tenham impedido os pilotos de arremeter. O laudo final sobre a tragédia pode demorar dez meses. As famílias, depois de uma madrugada de informações desconstruídas, culpam o poder público pela tragédia. O governo aposta na hipótese de falha mecânica ou de erro do piloto para afastar a ligação do acidente. Mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já definiu a saída do presidente da Infraero, José Carlos Pereira. E o ministro da Defesa, Waldir Pires, deverá ter as atribuições esvaziadas.

*Fonte: Estado de São Paulo
19/07/2007*

Concursos

Está confirmada a publicação de edital dia 20.07 para concurso público do Tribunal de Contas da União, TCU. São mais de 129 vagas de nível superior e 10 vagas de nível médio. A maior parte das oportunidades para os candidatos graduados poderá ser preenchida por pessoas que tenham somente o diploma de ensino superior, independentemente da formação.

Fonte: Site LFG/Correio Web

Receita ganha 'uma CPMF' no ano

A Receita Federal continua arrecadando como nunca. Apesar das desonerações tributárias promovidas pelo governo nos últimos quatro anos, a arrecadação de impostos e contribuições federais atingiu o recorde de R\$ 282,43 bilhões no primeiro semestre. Em comparação com igual período de 2006, o aumento foi de R\$ 33,5 bilhões, volume que representa quase toda a previsão de arrecadação da CPMF em 2007, de R\$ 36 bilhões.

Em termos reais (descontada a inflação medida pelo IPCA), a alta foi de 10,02%, ritmo bem superior à expansão de 4,7% esperada para o Produto Interno Bruto (PIB).

Em todos os meses do semestre, a arrecadação bateu recorde. Em junho, R\$ 49,07 bilhões entraram nos cofres do governo, cifra 6,22% maior, em termos reais, do que a arrecadada em junho de 2006. Nos seis primeiros meses do ano, o governo já superou em R\$ 5 bilhões a previsão de arrecadação estimada no início de 2007.

Mesmo com o crescimento expressivo das receitas, o coordenador de Previsão e Análise da Receita, Eloi de Carvalho, disse que não é possível abrir mão da CPMF, como propõem setores empresariais que vêm nesse tributo uma aberração econômica. Isso porque, segundo ele, não se pode contar com o mesmo ritmo de crescimento das receitas no segundo semestre. 'Não dá para garantir que esse desempenho vá se repetir', salientou.

A receita da CPMF, que o governo não quer repartir com Estados e municípios, e cuja alíquota, de 0,38%, não quer reduzir, cresceu 11,32%, para R\$ 17,33 bilhões no semestre. O montante equivale a 6,14% de todo o bolo tributário arrecadado no período.

Segundo Carvalho, o aumento da arrecadação reflete a maior expansão da economia, mas também está atrelado a fatores pontuais, como o crescimento de depósitos judiciais e a venda de imóveis e ativos de empresas, que geraram arrecadação de Imposto de Renda (IR).

No caso dos depósitos judiciais, a receita cresceu de R\$ 2,910 bilhões no primeiro semestre de 2006 para R\$ 4,866 bilhões nos seis primeiros meses deste ano. A maior lucratividade das empresas em 2006 também teve reflexos na arrecadação de 2007, explicou Carvalho. Isso porque as empresas têm de fazer o ajuste anual e pagar o imposto devido no ano seguinte. Em relação ao primeiro semestre de 2006, a arrecadação do IR de pessoa jurídica cresceu 13,98% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), 12,75%.

Carvalho destacou que o bom desempenho da indústria, sobretudo de setores como automotivo, metalúrgico e de produtos químicos, também teve efeito positivo. O recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), um bom termômetro do ritmo da atividade, teve forte expansão. O IPI incidente sobre automóveis cresceu 10,14% em relação a igual período de 2006. E o IPI cobrado sobre outros produtos (exceto bebidas e cigarros) teve alta de 15,96%.

Fonte: Estado de São Paulo
19/07/2007

Periódicos

Revista IOB, Trabalhista e Previdenciária, junho 2007.